

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2015:** *Aos dezanove dias do mês de março do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Inês Dias Lamego e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== Secretariou a presente reunião, a Técnica Superior Gisela Celeste de Pinho Rodrigues, designada para o efeito. =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m. =====

===== Não esteve presente na reunião a Vereadora **Dra. Ana Maria de Jesus Silva**, por motivos profissionais, tendo sido substituída pela Vereadora **Dra. Inês Dias Lamego**. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora **Dra. Inês Lamego** que fez a seguinte intervenção: *A questão que eu tenho para colocar é muito simples e respeita a uma dúvida que os Vereadores do Partido Socialista lançaram na última reunião acerca de uma irregularidade no cumprimento do pagamento de rendas na Praça da Cidade. Queríamos saber em que ponto está essa situação e se há desenvolvimentos sobre isso. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Pedro Marques** que disse: Bom dia a todos. Fazer uma breve exposição de alguns acontecimentos e de algumas realidades do panorama desportivo, e não só, em Oliveira de Azeméis. Começaria pelo destaque de uma Oliveirense Campeã da Europa em Hóquei em Patins, ao serviço do Benfica, Marlene Sousa, natural de Cesar, que aos 19 anos sagrou-se campeã e é a melhor marcador da temporada. Destacar também a equipa dos Juvenis de Ossela, que se sagraram Campeões Distritais de Futsal, fruto de uma época brilhante. Uma magnífica época onde muitos deles também fazem parte da seleção distrital e até nacional. Destacar ainda: o XI Aniversário do Futsal Azeméis, um clube que tem contribuído para a dinâmica do desporto em Oliveira de Azeméis; a presença na Final VIII do nosso Basquete da UDO, espero que de facto seja um bom torneio para Oliveira de Azeméis (Oliveirense); mais*

uma edição da Caminhada Solidária da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a realizar domingo. Salientar que o nosso amigo José Pinho honra-nos com a sua presença na Seleção Nacional de Sub-23. É um atleta que sobejamente nos tem presenteado com enormes títulos, é um grande atleta e será de facto um grande atleta do atletismo na modalidade mais específica do Lançamento do Peso e que de alguma forma tem contribuído também para o bom nome do desporto Oliveirense. Dizer também que hoje está de parabéns o Clube Ténis de Azeméis, faz hoje 33 anos e também merece o destaque de ter sido um Clube bastante ativo que connosco tem colaborado em eventos interessantes e espero que no futuro o continue a fazer. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Bom dia a todos. Algumas questões que queria colocar. Uma delas diz respeito à rede viária, já foi no inverno passado que desabou parcialmente a estrada da Lomba, é uma situação de estrangulamento, que está lá sinalizado, trânsito proibido a pesados, mas a situação já se arrasta há mais de um ano. Importa saber o que é que a Autarquia pensa fazer sobre aquela situação. Estou convencido que a situação não passa por inviabilizar o trânsito a pesados naquele acesso à Zona Industrial por muito mais tempo. É uma imagem que nós damos, negativa, do desenvolvimento do concelho. Não é uma obra fácil, sabemos disso, mas o que é que o Município pensa daquela situação? Também cruzando com o suporte de terras da via pública, uma situação idêntica abaixo do Alto do Adão, estamos em crer que a Autarquia tem conhecimento dessa situação. Importa saber o que é que pensa fazer também naquela via com bastante trânsito. Uma outra situação, falei dela aqui há um mês atrás, sobre as comunicações que a Indaqua estava a fazer aos munícipes acerca da ilegalidade nas ligações, quando os munícipes têm os comprovativos de ligações feitas à Câmara. A Indaqua dirige-se às pessoas de uma forma ostensiva, ameaçando com processos e com tudo e mais alguma coisa. Os munícipes cumpriram, se há alguém aqui que não cumpriu foi a Câmara Municipal. O Senhor Presidente disse na altura que ia indagar da situação, não sei se já há algum esclarecimento sobre essa matéria. Tenho conhecimento de várias pessoas nessas circunstâncias, tenho conhecimento de pessoas que pagaram seis meses para trás e não têm responsabilidade nenhuma. Eu tenho conhecimento de várias pessoas a queixarem-se, pode ser só uma a queixar-se à Indaqua, mas eu tenho conhecimentos de várias pessoas. O Senhor Presidente disse: Só chegou uma reclamação à Câmara e é de um munícipe de S. Roque. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Não é só uma pessoa que pagou os seis meses. A questão aqui é os termos que a Indaqua comunica com as pessoas, dando nota que as pessoas estão em total incumprimento quando não estão em incumprimento rigorosamente nenhum. O Senhor Presidente ficou de analisar esta situação e gostava de perceber se concorda com esse teor de comunicação. Outra situação, Senhor Presidente, já vem do mandato anterior, fomos protelando essa situação aguardando desenvolvimentos no que diz respeito ao processo, à queixa que a autarquia interpôs contra terceiros, no apuro da verdade do Centro de Línguas. Acho que é uma situação que nos deve continuar a preocupar. Foi encontrado um défice de cerca de 700 mil euros que está integralmente a ser suportado pela Autarquia. Na altura, o município entendeu, e bem,

apresentar queixa contra terceiros sobre esta matéria, com base num conjunto de informações que tinha na sua posse. Estamos convencidos que o processo está a decorrer, embora de forma lenta, mas está a decorrer, está a fazer os trâmites da justiça. Mas, creio não cometer nenhuma inconfiência se disser que a comissão aponta para um valor muito, mas muito, inferior aos tais 700 mil euros que faltaram no Centro de Línguas. E, portanto, o processo que decorre no Tribunal é o processo que decorre no Tribunal, mas o que nós pretendemos saber, Senhor Presidente, é se está disponível para apurar toda a verdade e toda a verdade é apurar onde estão os outros 600 mil euros que não fazem parte da acusação no Tribunal. Está muito em voga, Senhor Presidente, auditorias forenses e eu acho que nós devíamos fazer o mesmo ao Centro de Línguas. Nós devíamos perceber claramente para onde foram efetuadas estas transferências para que se perceba de uma vez por todas qual foi a utilização dada a estes 600 mil euros. Nós não podemos ser fracos com os fortes e fortes com os fracos, portanto, está na hora, Senhor Presidente, de lhe perguntar se está disponível para fazer tudo para apurar a verdade sobre esta matéria, doa a quem doer. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Começava por fazer referência a alguns acontecimentos que se realizaram desde a última reunião de câmara até hoje. Começava por salientar uma iniciativa da Escola Superior da Cruz Vermelha, levada a cabo no dia 7 de março, subordinada ao tema o “Diálogo entre Ética e Enfermagem”, para os cursos de pós licenciatura em enfermagem. Uma jornada muito interessante onde foram apresentados vários trabalhos feitos pelos alunos desse curso e, onde, foram debatidas algumas questões ligadas à ética e aos cuidados de enfermagem. Nesse mesmo dia, tivemos no Caracas a entrega dos diplomas do Centro de Língua de Oliveira de Azeméis. Este ano foram entregues 80 diplomas nas três principais línguas: o Inglês que, continua a ser a língua mais falada, em termos de alunos; Francês e Espanhol. No dia seguinte, fazer referência à apresentação de mais um livro na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, desta feita do oliveirense Sérgio Martins, um jovem não ligado à arte literária, mas designer de multimédia que também se lançou na arte da escrita. Tinha também aqui uma referência ao Núcleo de Atletismo de Cucujães (NAC) e à realização da XXVII Edição das Noites Quentes de Inverno, um programa cultural que este clube desportivo realiza há vinte e sete anos e que durante janeiro, fevereiro e março dedicam alguns sábados à temática cultural. Este ano presentearam-nos com a Festa Latina, Artes em Palco, Concerto de Tunas, Feira de Sabores e Fado, terminando a 14 de março com o Festival de Tunas, onde durante a tarde, em Cucujães, houve várias Tunas que percorreram as estradas e os caminhos levando também um pouco dessa tradição cultural à comunidade. Daí a minha referência muito positiva, porque além do desporto esta associação também dá importância à cultura. E, nesta conjugação de esforços, também queria aqui fazer referência à Associação de Cicloturismo do Centro que também associa uma Prova de BTT, neste caso a Rota do Moleiro em UL, à angariação de géneros alimentares para depois distribuir às instituições. Eu estive presente na entrega desses quilos arroz que angariaram a cerca de sete instituições do nosso município. Aqui, também, esta referência que o desporto pode estar aliado a outras áreas e acho

que é um bom caminho quer para a solidariedade, quer para a cultura. Penso que as coisas podem e devem estar também integradas e é muito mais benéfico para todos, porque há uma otimização de recursos e há uma sensibilização também mais generalizada. Queria também fazer uma referência às comemorações que a Paróquia da Vila de Cucujães (S. Martinho de Cucujães) está a levar a cabo no sentido de comemorar os 900 anos de Local de Culto, os 415 anos de edificação da atual Igreja, os 300 anos da Capela-Mor e os 220 anos da fachada principal dessa Igreja. Fazer aqui uma referência muito positiva ao trabalho da Dra. Eva Dias, uma Cucujanense, que se dedicou e que se dedica à arquitetura do Sagrado, nomeadamente a estes edifícios, quer ao Mosteiro, quer à própria Igreja de Cucujães e de certeza que ela é a pedra basilar nestas comemorações, portanto, aqui fica também o meu reconhecimento pelo trabalho que ela tem vindo a desenvolver. Também fica aqui o convite para, no dia 21 de março e 28 de março, duas conferências também no âmbito destas evocações comemorativas. Só referir que no domingo houve a oportunidade de ser transmitida a Eucaristia Dominical das onze horas, pela TVI, da própria Igreja, e que foi um momento de divulgação da freguesia da Vila de Cucujães e também do Município. Relativamente a outros acontecimentos que irão decorrer brevemente, queria muito resumidamente referir que amanhã é um dia importante para a nossa Ação Social, porque vamos levar a efeito o I Congresso do Envelhecimento, no Cineteatro Caracas e temos já 500 inscrições de todo o país, de pessoas que estão de uma forma ou de outra ligadas a esta temática. Vamos ter um conjunto de painéis muito interessantes e diversificados, bem como palestrantes de reconhecido renome. Por isso, fica aqui também o convite se quiserem passar pelo Caracas, porque o envelhecimento faz parte do nosso dia-a-dia e é importante também nós nos prepararmos para esta etapa da vida que também é de extrema importância. Nesse dia, no âmbito da Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, já há quatro anos que foi instituído o dia das escolhas saudáveis, vamos ter um bocadinho por todo o município treze IPSS's e quatro Escolas que vão assinalar este dia que no fundo tem um único objetivo que é sensibilizar a comunidade, os utentes das instituições, os alunos e alunas das escolas para a importância que é termos ou fazermos segundo a segundo as melhores escolhas e escolhas saudáveis. Portanto fica aqui também esta indicação de que há necessidade, cada vez mais, de todos e de todas em qualquer lugar que nos encontrarmos de sensibilizar e motivar também para a mudança de comportamentos. Dia 21 de março é o dia Mundial da Poesia. Já há algum tempo a esta parte costumamos assinalar o dia Mundial da Poesia com a abertura do concurso "Poesia Agostinho Gomes", uma iniciativa em parceria com a Junta de Freguesia de Cucujães e com o Núcleo de Atletismo de Cucujães. Vamos também ter na Biblioteca Municipal a apresentação de mais um livro, desta vez de poesia. Um livro de Tavares Ribeiro, com o título "(Com) passos no Universo dos Sons", portanto, fica aqui também o convite. Nesse mesmo dia, à noite, iremos abrir o Ciclo da Primavera no Cineteatro Caracas, com um espetáculo do humorista Nilton. E, em Cucujães, às vinte e uma horas, iremos ter um Concerto de Páscoa, levado a cabo pela Academia de Musica de Oliveira de Azeméis. No domingo, iremos ter também um Concerto de Páscoa aqui no Cineteatro Caracas, às 16 horas. Neste fim-de-semana

de 21 e 22, ainda, no âmbito do nosso projeto “Azeméis Intercultural”, vamos levar a cabo um fim-de-semana de formação para mediadores juniores interculturais a realizar na Pousada da Juventude de Ovar. Tem vários objetivos, mas, os fundamentais são: desenvolver competências interpessoais nos jovens; preparar os mesmos para interagir com pessoas de outras culturas, promovendo também a aceitação da diversidade e de pessoa de outras culturas, porque é importante neste mundo global sabermos acolher, mas também quando saímos para o exterior sabermos estar à altura de outras culturas para onde iremos. No dia 25 de março iremos ter Ignite Oliveira de Azeméis. O Ignite é um movimento, como sabem, nascido nos bairros da América, onde as pessoas podiam em cinco minutos descrever uma ideia empreendedora. Esse movimento alastrou-se e também chegou aqui a Oliveira de Azeméis. Temos já catorze pessoas inscritas que vão dar e descrever a sua ideia em cinco minutos. É interessante e ficam também todos convidados a participar. Por fim, dizer-vos que o Concurso de Música Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette vai iniciar a 28 de março a sua X Edição, está tudo a ser preparado, portanto, iremos ter mais uma vez jovens oriundos de três países e de vários concelhos de Portugal. O Concerto de Laureados será no dia 2 de abril, às 16 horas, no Cinetatro Caracas. Muito obrigado pela atenção. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Depois de termos dado a nossa atenção ao relato pormenorizado da agenda do que foi feito e que vai ser feito, importa fazer uma observação ao Núcleo de Atletismo de Cucujães que é realmente um caso paradigmático, ou seja, estamos a falar efetivamente de uma instituição que se calhar com outro tipo de apoio faria um trabalho ainda com mais impacto na nossa comunidade. Aliás, acabou por referir a Dra. Gracinda Leal a sua participação também no Concurso de Poesia Agostinho Gome. É efetivamente uma instituição que para além da dimensão desportiva tem a dimensão cultural e, obviamente, o apoio que recebe da Autarquia se calhar não é um apoio que cubra a dimensão do trabalho que realizam. Portanto, eu deixo aqui o seguinte desafio: imaginem, o que é que o NAC não faria, num ano, se tivesse o orçamento que nós muitas vezes gastamos em alguns eventos num dia. Este tipo de instituições que demonstram uma dinâmica muito grande, uma pró-atividade muito intensa devem, claramente, merecer a nossa atenção e estes projetos de dinamização desportiva e cultural devem merecer a nossa atenção. Algumas questões que têm a ver, Senhor Presidente, com as denúncias anónimas, se já tem um desenvolvimento mais apurado dos factos. Saber também, porque é um assunto da máxima importância para o nosso concelho, se tem novidades sobre o processo da Wuhan, atendendo até que o Eng.º Carlos Teixeira se deslocou à China, eventualmente já terá retornado, saber se já existem desenvolvimentos, digamos, algumas garantias de que aquilo que inicialmente estava previsto vai manter-se. Uma outra questão, que tem a ver com o projeto do Caracas. Nós pedimos que nos fosse facultado o projeto, porque obviamente é a grande casa da cultura do concelho e obviamente que os Vereadores do Partido Socialista querem ter conhecimento do plano de intenções do investimento e, digamos, do design de arquitetura que está previsto para a remodelação do local, obviamente que se entenderem útil o nosso contributo estaremos

disponíveis para avaliar e dizermos o que entendermos sobre o projeto. Outras questões: Temos, de forma recorrente, alertado para a necessidade de começarmos a discutir em sede de Executivo a concessão do estacionamento à superfície, que como sabemos começou em dezembro de 2006, era uma concessão com a duração de sete anos e, portanto, terminaria em 2013. Foi prorrogado o prazo, pelas razões que sabemos, por quase dois anos e, portanto, vai terminar agora no próximo mês de setembro. Seria importante que nós refletíssemos, antes de chegarmos lá, sobre aquilo que vamos fazer. Nós entendemos que há condições para a autarquia assegurar a exploração do estacionamento à superfície, porque efetivamente essa gestão de exploração já é quase da sua exclusiva responsabilidade e, na nossa opinião, isto tem sido apenas uma mina de ouro para a Costa Parques que do montante recolhido leva cerca de 60% tendo, digamos, a Câmara uma posição menor e tendo, se calhar, o trabalho maior. Objetivamente o que nós queremos é em sede de Executivo discutir, avaliar se será possível a Câmara fazer a gestão e exploração do estacionamento à superfície e, se fazendo, conseguimos aliviar a carga fiscal sobre os oliveirenses e se conseguimos mesmo assim, arrecadando mais receita, libertar mais lugares de estacionamentos gratuitos para os Oliveirenses. Outra questão, tem a ver com o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vogas. Tivemos na comunicação social uma longa entrevista do novo responsável, o Dr. Miguel Paiva. Nessa entrevista, claramente percebemos duas coisas: uma delas, é que ele não quis dizer rigorosamente nada sobre o nosso Hospital, embora naturalmente saiba o que perspectiva para ele; outra coisa que ele disse, para mim de forma muito óbvia, é que defende a concentração de serviços como uma espécie de garantia de qualidade. Um pouco difícil de explicar, porque senão a prazo o que teremos é serviços públicos no Porto e Lisboa e não teremos em mais nenhum sítio do país. Objetivamente, ele defendeu um conjunto de razões que justificam a concentração dos serviços como uma garantia da qualidade dos serviços públicos de saúde prestados a esta vasta população desta região. Nós não estamos de acordo com isso. Nós defendemos que devem ser reforçadas as competências do nosso Hospital, tanto mais que vamos ter uma mais que provável passagem do Hospital de S. João da Madeira para a Misericórdia. E, portanto, mais uma razão para nós estarmos atentos, para que nós daqui a algum tempo não sejamos confrontados também no caso do nosso Hospital com esta realidade. Devemos, obviamente, começar já a trabalhar, já nos disponibilizamos para colaborar nessas reuniões de trabalho, com a administração do Centro Hospitalar, no sentido de que as competências do nosso Hospital sejam reforçadas, seja no domínio da pediatria, onde temos um excelente serviço de pediatria; seja no domínio da obstetrícia; seja na cirurgia de ambulatório; seja no domínio do reforço da qualidade da capacidade de resposta do nosso serviço de urgência. Há aqui um conjunto de repostas que este Hospital, que serve uma vasta franja da população, pode dar. E, portanto, nós não podemos permitir que os Oliveirenses continuem a ser onerados, e não só, com as taxas moderadoras, mas também com deslocações frequentes ao Hospital de S. Sebastião, que são fatores inibidores do acesso à Saúde. Senhor Presidente, aquilo que eu acho que nós devemos fazer é estarmos todos unidos para lutar pelo nosso Hospital e contra qualquer Governo que pretenda reduzir a sua

importância ou até fechá-lo. Senhor Presidente, nós queremos deixar aqui muito claro essa nossa intenção, essa nossa disponibilidade para que quando entender nós começarmos a falar sobre uma questão que é importante, que é a saúde dos Oliveirenses. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Bom dia a todos. Começava por referir que estamos a preparar e a fazer o lançamento de um evento que está designado “Aqui Há Futuro”. São as II Jornadas Inter-Concelhias do empreendedorismo e do emprego, que se realizou o ano passado em Vale de Cambra. Ficou acertado que se realiza um ano em cada município e este ano compete ao Município de Oliveira de Azeméis fazer a sua organização e está previsto se realizar nos dias 29, 30 de abril e 1 de maio, no Pavilhão Municipal Professor António Costeira. Envolve os dois municípios, as escolas e empresas dos dois municípios, a Associação Empresarial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e a Associação Comercial. Este exemplo pretende, por um lado, ser uma forma de aproximação daquilo que são as ofertas formativas por parte das escolas; e, por outro lado, as oportunidades de emprego e oportunidades de realização de estágios por parte das empresas, no fundo, haver aqui uma interação entre os diferentes agentes que, de alguma forma, contribuem para esta questão da formação, emprego e empreendedorismo. Devo referir que esta iniciativa começou há uns anos atrás na Escola Ferreira de Castro e que depois teve esta dimensão. Este ano, sendo o nosso próprio município o organizador, quer o mesmo envolver o número máximo de parceiros, portanto, todas as escolas que têm formação profissional estão envolvidas de uma forma direta e como no nosso município também existem escolas superiores, quer a Escola Superior de Enfermagem, quer a Escola Superior Aveiro-Norte estarão envolvidas e, naturalmente, queremos alcançar o maior número possível de empresas que possam expor os seus produtos. Basicamente, estas jornadas pretendem atingir estes objetivos: que seja possível estabelecer protocolos e parcerias entre empresas e escolas; integrar alunos licenciados e finalistas no mercado de trabalho; apresentar casos de sucessos na criação de empresas; desenvolver capacidades de empreendedorismo; apresentar programas de apoio para a criação do próprio emprego; divulgar oportunidades concretas de emprego. Apesar de estarmos ainda quase a um mês da sua realização, é o momento oportuno de se começar a divulgar e de se envolver a comunidade e de termos, de facto, aqui uma interação abrangente. Como referi, o ano passado teve bastante sucesso e este ano queremos ainda ampliar. Para além disso, na realização das jornadas, haverá colóquios e algumas intervenções relativas a outros temas que irão estar em discussão e obviamente atividades lúdicas. Também gostava de destacar aqui, até porque há um conjunto de prémios quase a sucederem-se uns aos outros, neste caso tem a ver com o Agrupamento de Escolas Soares de Basto, acho que é importante também realçar o que caracteriza de alguma forma o dinamismo das próprias escolas, que pelo segundo ano consecutivo alcançou o primeiro lugar no XII prémio Pilar Moreno 2015. Os alunos que dinamizaram o projeto desta vez foram os alunos de espanhol. O prémio Pilar Moreno distingue os alunos de espanhol e no caso da Escola Soares de Basto o 12.º D. Também dois projetos premiados no concurso de ideias do Projeto Ilídio Pinho Ciência na Escola, um ligado ao

Sistema Autónomo de Água e Eletricidade e outro, relacionado com a Pirólise na Génese dos Biocombustíveis, portanto um na área da eletrotécnica e outro na área da biologia. Estes dois prémios significam também que é um trabalho continuado, o ano passado no Pavilhão das Feiras, em Aveiro, a escola apresentou projetos que não foram premiados e este ano já foram distinguidos. Para além disso, os alunos desta escola, sobre a forma de deputados, participaram na Assembleia Distrital do Parlamento Jovem, ficaram em segundo lugar e foram apurados para a final nacional que se irá realizar na Assembleia da República. Também aqui uma distinção que eu gostava de deixar evidenciada. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Senhor Presidente, se me permitisse, e uma vez que o professor Isidro concluiu a sua intervenção, maseu pensei que ele ia falar sobre a questão do Programa Aproximar a Educação, porque realizou-se o Conselho Municipal de Educação. Se for oportuno eu gostaria de ouvir o Prof. Isidro, eu não sei se ele estará disponível para trazer essa informação agora, até porque vai estar cá o Senhor Secretário de Estado. Essa questão não foi abordada e acho que era importante. Eu gostaria de fazer uma intervenção, mas também não gostaria de estar a fazer a intervenção não sabendo exatamente do que é que estou falar. Pergunto: há desenvolvimentos? O Vereador Dr. Isidro Figueiredo respondeu: Há desenvolvimentos e creio que na próxima semana ficará concluída a consulta às escolas. Permita-me que eu refira que as escolas estão a reunir os seus Conselhos Gerais para se pronunciarem sobre o contrato interadministrativo de delegação de competências sobre o Programa Aproximar a Educação. O Conselho Municipal reuniu na sexta-feira, esteve a analisar os documentos que temos, que são praticamente finais, há pequenos detalhes que não alteram significativamente aquilo que vai ser versão final mas que acautela, esta versão que está em cima da mesa, tudo aquilo que tinham sido as preocupações manifestadas pelos Conselheiros e pelos diferentes Membros dos Agrupamentos de Escolas. Relativamente à tomada de posição do Conselho Nacional de Educação, foi tomada por unanimidade dar parecer favorável relativamente ao Programa Aproximar a Educação. O Senhor Presidente perguntou: Já agora, Senhor Vereador, dos Conselhos Gerais que reuniram qual é que tem sido o resultado? O Vereador Dr. Isidro Figueiredo respondeu: Na segunda-feira, reuniu o Conselho Geral de Fajões e deu parecer favorável, por unanimidade. Relativamente ao Programa Aproximar a Educação, ontem realizou-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Soares de Basto, estavam 19 membros presentes de 21, 19 votaram favoravelmente dar parecer favorável ao Programa Aproximar a Educação, ou seja, por unanimidade. Os dois Agrupamentos mais o Conselho Municipal de Educação, até agora, todos se manifestaram por unanimidade. O Vereador Dr. Manuel Alberto continuou a sua intervenção: Antes de passar a essa temática que é importantíssima como é evidente, eu gostaria só de falar aqui de dois aspetos que já foram falados, mas que não têm desenvolvimentos e que seria importante que tivessem. Um deles, é um aspeto muito simples e conhecido de todos, o Dr. Ricardo já disse várias vezes que iria trazer este problema aqui e não tem trazido, penso que hoje também não o terá trazido. Já agora, saber exatamente por que motivo é que não tem trazido. O portão da Rua

dos Cavaleiros é um portão estranho, é daqueles portões que nunca mais se abrem. Diz que o terreno é privado, mas ainda não foi demonstrado aqui que o terreno de facto é de um privado. Saber exatamente o que é que está a acontecer para que este processo, Senhor Presidente, não possa ser esclarecido, porque continua a haver interrogações por parte de quem utiliza aquela via, ou por quem gostaria de utilizar aquela via, e não compreende que este processo ainda não tenha sido esclarecido. De facto, não é claro para as pessoas que este processo tenha que ser assim. E, portanto, Senhor Presidente, a pergunta é muito simples: Porque é que nós ainda não temos uma resposta? É um problema que eu sei que não é grande, mas as pessoas ficam preocupadas e isto afeta um conjunto de pessoas. Na última reunião, que foi dia 08 de janeiro, o Senhor Presidente disse que ia esclarecer isso tudo e até agora não está esclarecido. Segundo aspeto, é um aspeto também, penso eu, que é de muito simples resolução. Temos, desde há 25 ou 26 anos, uns passeios junto à Escola Ferreira de Castro por acabar que trazem problemas. Há dias um miúdo torceu um pé, porque não tem condições de passagem, é em terra batida, é uma coisa anormal. Todos os dias passam lá centenas de miúdos e outras pessoas, é uma zona muito frequentada. É uma vergonha para nós, julgo eu, termos aqueles passeios em terra batida. Não é, do meu ponto de vista, coordenável com o município que eu gostaria e quero, naturalmente, ter com outra imagem. Senhor Presidente, são 50 metros, nem isso, de passeios. É uma coisa simples e barata, provavelmente, não sei qual é o orçamento daquele tipo de obra. É uma obra para se fazer neste verão para nós termos no próximo início de ano passeios em condições. Os argumentos e todas as desculpas que foram dadas até agora, não encontro nenhuma razão para que nós não tenhamos aquela obra ainda concluída. Relativamente a um outro aspeto que o professor Isidro falou, relativamente ao encontro que vai ser realizado, uma mostra empreendedorismo, que vai ser realizado nos próximos dias 29, 30 de abril e 1 de maio. É uma iniciativa muito interessante e acho que é uma iniciativa que tem uma importância grande, que está no segundo ano, entre dois municípios. Eu ia só aqui lançar um desafio, eu sei que não é fácil, se calhar isto já não tem sentido falar a nível municipal, nem a nível dos dois municípios; tem sentido, neste caso, numa região a que nós pertencemos que é Entre Douro e Vouga, falar numa associação dos vários municípios. Nós temos, naturalmente, vários alunos da zona de Arouca no ensino profissional aqui em Oliveira de Azeméis, os nossos também vão para outros locais: S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e faz sentido nós hoje pensarmos numa mostra que seja uma mostra muito mais abrangente. É um desafio que deixo aqui, naturalmente, aos Vereadores da Educação dos vários municípios. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Eu sei que S. João da Madeira realizou, mas sozinho; Santa Maria da Feira também está a realizar, sozinho. Nós já estamos um passo à frente na medida em que fazemos com Vale de Cambra. E mais: Antes era apenas a Escola Secundária Ferreira de Castro e nós agora conseguimos abranger toda a rede formativa do Município de Oliveira de Azeméis e incluímos mais parceiros ao nível de Vale de Cambra. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Não quero puxar galões, mas quando coordenei as Novas Oportunidades, que já são velhas oportunidades, mas que vão ser novas oportunidades outra vez seguramente, eu espero que o nosso país tenha noção de que

a este nível nós tivemos sucesso, a nível de apoio a formação alternativa foi um sucesso muito grande, mas espero que de facto haja oportunidade para nós fazermos esta parceria e o professor Isidro naturalmente irá fazê-lo certamente e o Senhor Presidente também, junto dos seus colegas. Acho que era uma boa iniciativa fazer isto e este repto lançado a Oliveira de Azeméis com este exemplo que é o melhor exemplo que se pode dar. Senhor Presidente, isto entronca com aquilo que foi dito sobre o Programa Aproximar a Educação. Porquê? Porque de facto nós estamos a viver uma lógica que não é municipal é regional. E estamos aqui já a falar numa pequena região com cerca de 700 mil habitantes e não 400 mil habitantes. Esta é de facto uma região importante e com um potencial enorme, não faz muito sentido embora a política do Governo da tal descentralização do Programa Aproximar a Educação, a verdade é que vem contra isto e nós temos de perspetivar isto numa lógica não tão centrada no local para resolvermos problemas deste tipo. E, portanto, não vou sequer repetir-me naquilo que já disse. A verdade é que eu gostaria de conferenciar sobre o seguinte: O professor Isidro diz que é um sucesso nós estarmos aqui a fazer várias aprovações em vários Conselhos Gerais, que é um sucesso, mas de facto toda a gente endeusa este processo. A verdade é que, este processo não é endeusado de maneira nenhuma por um conjunto de especialistas. O professor Isidro esteve num debate no Sindicato dos Professores do Norte, onde ouviu vários especialistas a dizer exatamente o contrário “Isto é uma tragédia para os Municípios”. Aliás, há um especialista que é o Dr. Licínio Lima, que é especialista da área da gestão escolar, que diz mesmo o seguinte “Estou mais preocupado com os Municípios do que com as Escolas. Estas estão habituadas a serem esmagadas.” E de facto, eu acredito que isto também esmague um bocado as escolas. Mas vai trazer problemas. Claro que, o argumento que já ouvi é “Nós somos um Município de facto invulgar”. E, portanto, dentro de um conjunto de Municípios invulgares nós estamos preparados para esse desafio. Eu acho que nós, às vezes e quase sempre, temos elevado esses desafios que temos tomado num conjunto de aspetos e não vou repetir-me também aqui a vários exemplos. Mas, Senhor Presidente, há uma questão que eu acho que era importante perceber, o professor Isidro disse que receberam uma outra versão, com algumas diferenças, mas que era diferente. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Não. Vou precisar as palavras que eu disse: A versão que temos em cima da mesa é aquela que está muito próxima da versão final que há-de chegar estes dias, ainda não chegou, há-de chegar por estes dias e que não altera a essência daquilo que está em cima da mesa. Foi informado que chegaria entretanto uma versão, não que já tinha chegado. Posso acrescentar o seguinte: ontem estive a conferir com a equipa do Ministério todos os detalhes relativamente à versão final que será diferente de Município para Município, nomeadamente no que diz respeito a Oliveira de Azeméis é diferente de outros em alguns detalhes que não altera significativamente, por exemplo, na versão que nós temos diz “Plano Estratégico Educativo Municipal em Oliveira de Azeméis” porque temos um projeto educativo municipal aprovado e em vigor desde o ano passado em Oliveira de Azeméis é o projeto Educativo Municipal, um dos documentos estruturantes da reforma. Na essência não altera aquilo que está em cima da mesa, portanto, ela há-de chegar. Logo que ela chegar será

disponibilizada, portanto, se ela chegar, que eu acredito que ela chegue até sexta-feira, até amanhã, será disponibilizada a todos já com a versão da matriz das responsabilidades, também, definitiva. Nós já temos a análise feita pelo Ministério da Educação e Ciência, já temos o feedback. Dois ou três pequenos aspetos que foram alterados que têm a ver com competências que nós tínhamos que passar sempre para o Município e têm que se manter, até por força da lei, no Ministério da Educação e Ciência. De resto, tudo o que está acordado com os Agrupamentos mantem-se inalterado. Eu acredito que nos próximos dias aparece a versão definitiva. Mas, na essência, não impede que as pessoas já se pronunciem sobre aquela questão porque a essência não altera. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Não é exatamente aquilo que me disseram mas, como digo, não estive presente na reunião. Não estou a duvidar. De qualquer maneira, o Conselho Municipal de Educação é um órgão consultivo que é importante. O Conselho Municipal de Educação deve formular um juízo sobre a oportunidade no sentido de avançar, de integrar este projeto depois, este é o meu ponto de vista, da versão final estar em cima da mesa. Temos uma versão final, vamos ouvir o Conselho Municipal, não é aprovar a entrada a 100%. É dizer que pode haver um conhecimento no sentido de dizer; vamos aguardar e não nos vamos pronunciar; parece estar no bom sentido; vamos fazê-lo. Até porque, estamos a ouvir agora os Conselhos Gerais. É ao contrário. Então, o Conselho Municipal deve pronunciar-se, no meu ponto de vista, depois dos Conselhos Gerais se terem pronunciado se estão ou não a favor. Não me dizer “Não, eles estão todos de acordo.” Não é a mesma coisa. A questão da forma não é a mesma coisa. Aliás, na forma temos falhado completamente, tem falhado quem tem coordenado este processo a nível de ministério e mesmo a nível de município. Não estou a dizer que essa a opinião seja dos outros. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Nós já sabemos quais é que são as posições. Nós hoje vamos ter a oportunidade, os Senhores Vereadores foram todos convidados, está o Senhor Secretário de Estado, está a equipa do Ministério da Educação, qualquer dúvida que possa existir, seja ela existencial, seja ela estrutural, pode ser colocada e é esclarecida prontamente à frente de toda a gente. Ninguém está a esconder absolutamente nada. Toda a gente tem oportunidade de falar e de dar opinião. Agora, evidentemente que, sobre esta matéria, temos que respeitar quem pensa de maneira diferente. Mas o respeito aqui é mútuo, é para um lado e para o outro. Se o Conselho Geral da Escola de Carregosa/ Fajões decide dar concordância a isto, as pessoas que discordam têm que aceitar. Se a Soares de Basto diz que aprova e dezanove pessoas votam a favor, eu posso ser contra mas tenho que aceitar. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo continuou a prestar esclarecimentos: Os Conselhos Gerais têm autonomia para convocar a reunião quando quiserem e assim foi. Já tinha eu convocado a reunião do Conselho Municipal de Educação para sexta-feira e Fajões, entretanto, por sua iniciativa, marcou para segunda-feira e as outras estão a marcar. A única escola que me pediu para permitir que a escola se pronunciasse foi a Ferreira de Castro. Eu mandei um email na sequência daquilo que tinha sido o nosso compromisso, a dizer para o fazerem quando o entendessem e que se quisessem que eu estivesse presente que não coincidissem com mais nenhuma reunião. E, portanto, pedi para que nessa sequência também se pronunciassem. O

Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Estamos a falar num conjunto de pessoas preocupadíssimas em todos os Agrupamentos, em todos os Agrupamentos. Senhor Presidente, estes esclarecimentos são importantes. Agora, não muda a minha opinião sobre o método. O método não é o melhor, mas é a minha opinião. Eu nunca reuniria um Conselho Municipal da Educação para decidir antes dos órgãos dos vários Agrupamentos, que são cinco, decidirem. Decidirem no sentido de debaterem o assunto e, depois, o Conselho Municipal de Educação ouvir, digamos, toda a comunidade e aí podia dar um parecer, podia e devia dar um parecer, mas isso é a minha opinião. Eu considero que a forma, nestas questões, é muito importante. O Senhor Secretário de Estado vai estar cá e esperemos que ele esteja cá, até para dar resposta a um problema que não é diretamente relacionado, digamos, com os municípios mas até ajuda a que os municípios resolvam os problemas, quando eu acho que os municípios não vão resolver nenhum problema, que é a questão dos professores no 1º Ciclo e no Pré-escolar. Vocês sabem disso, penso eu, que todos os professores dos Agrupamentos de Oliveira de Azeméis e de outros Agrupamentos em que houve alterações de mudanças de escolas do ensino pré-escolar são obrigados a concorrer já estando vinculados a escolas e vão ser obrigados a concorrer para a mudar de Agrupamento. É uma coisa completamente anómala. Completamente anómala. Esta lógica é tão subversiva. Nós temos um ministério que é incompetente e que está a avançar com uma reforma que é incompetente. Senhor Presidente, é incompetência absoluta fazer isto. É uma coisa que podia ser completamente evitável. Senhor Presidente, já agora, só para concluir esta parte, eu não vou estar presente na sessão com o Senhor Secretário de Estado, nós temos convocado uma reunião na escola, reunião geral de professores, e gostaria de estar naturalmente na minha escola e gostaria de estar nos dois sítios, mas como não tenho essa capacidade não vai ser possível, se for possível estar depois da reunião com Senhor Secretário de Estado terei todo o prazer e poderei, também, se for necessário pedir alguns esclarecimentos. Senhor Presidente, só para concluir e já não tem a ver com o Programa Aproximar a Educação, recorda-se que nós levantamos uma questão sobre os transportes escolares, aqui no executivo, e que o Senhor Vereador trouxe informação sobre a forma como eram calculados os montantes para as escolas pagarem, para os alunos pagarem e os montantes que nós temos de suportar. Isso foi em dezembro, a resposta foi dada a 18 dezembro e nós concluímos de que havia necessidade de rever todo esse processo, porque o município e o estado, não era o município diretamente era o estado que estava a suportar um conjunto de encargos que poderia não suportar. Recorda-se disso? Na altura falamos disso e foi demonstrado aqui com contas muito simples que isso era possível resolver. Este problema é tão complexo que curiosamente em janeiro a prática mudou completamente e já temos agora os transportes a serem de facto pagos, quer pelos alunos, quer pelo Estado, de uma forma diferente à concessionária. É espantoso e poupamos com isto cerca de 25% dos montantes que eram transferidos. Estamos a falar de um ganho de cerca de 175 mil euros por ano. É uma coisa extraordinária, Senhor Presidente, ou seja, aquilo que era tão difícil de fazer pelos vistos fez-se rapidamente depois de nós termos posto aqui o problema. Eu gostaria de salientar que quando nós não conseguimos gerir coisas

tão simples como estas questões dos transportes, não sei então como é que vamos gerir, então, todos os aspetos relacionados com o Programa Aproximar a Educação. E era só isto que eu queria aqui deixar. Sei que isso não tem uma resposta fácil, mas eu agradeço que se pudesse pelo menos saber qual é o montante que irá ser apurado no final, quanto vamos poupar com esta nova prática de cálculo nos transportes escolares. Era só. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Eu, por lapso, esqueci-me de referenciar no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade, o pequeno-almoço que nós realizamos no dia 10 de março onde juntamos à mesa quarenta e cinco mulheres de várias áreas, quer ligadas ao movimento associativo, à área empresarial, à política, ao jornalismo. Foi uma jornada também bastante interessante. Tivemos uma convidada de eleição que foi a Elisabete Jacinto, uma desportista tremenda, apesar da sua fragilidade física, que consegue conduzir umas máquinas enormes. Foi também uma iniciativa onde se notou realmente a grande necessidade de haver uma sensibilização para a temática da igualdade quer a nível da escola, da família e do local de trabalho. E é importante que a igualdade de oportunidades seja realmente abordada nessas situações, porque está provado que o aumento da violência de género também pode e tem por base o não valorizar o género. É preciso estarmos atentos e atentas para que no século XXI, em Oliveira de Azeméis, comece a inverter os números da violência doméstica e também destas questões. É uma questão de valorizar as diferenças. Queria aqui deixar o meu reconhecimento a todas as mulheres que vieram. Tive pena que a Dr. Ana de Jesus, lancei-lhe o convite, mas provavelmente esqueceu-se ou teve outra situação, mas foi interessante ver mulheres a falarem do seu percurso enquanto gestoras, enquanto jornalistas, enquanto GNR, enquanto diretoras de escolas, de um manancial de funções. O Senhor Presidente continuou a prestar os esclarecimentos solicitados: Relativamente à questão que o Senhor Vereador Hélder Simões colocou sobre a rede viária e às outras duas questões, uma em S. Martinho da Gândara, abaixo do Alto do Adão; e outra, sobre a Rua da Lomba Lomba, em S. Roque. Nós estamos ainda a estudar algumas questões técnicas, nomeadamente na questão da Lomba, tendo em conta a complexidade e a tipologia do terreno em causa. Não é só o desnível que há para os campos agrícolas, mas, mais abaixo, a existência de minas de água naquela zona que de alguma forma condiciona algum tipo de intervenção. O Senhor Vereador fala que não está a imaginar que se condicione o trânsito a pesados naquele acesso. À frente do sítio onde ocorreu esta situação de desabamento, há uma passagem estreitíssima sem possibilidade de qualquer alargamento onde não se cruza uma viatura pesada com uma viatura ligeira. Também temos de ver as questões de segurança. É uma via muito utilizada de acesso rápido à zona industrial, nomeadamente, para quem trabalha, mas não necessariamente para viaturas pesadas. É certo que as viaturas pesadas têm alternativas muito mais seguras e muito mais cómodas. Não quero dizer com isto que haja qualquer vontade em limitar, resolvido que esteja o problema. Depois, há ainda problemas de terrenos, nomeadamente, se quisermos encostar a estrada mais para o lado é preciso fazer negociação com privados. Eu espero que durante o próximo mês lhe apresente uma solução técnica, aqui e à Junta de Freguesia de S. Roque para

tentar, naturalmente, resolver o problema. O mesmo estudo técnico, não semelhante, mas do ponto de vista técnico, está a ser feito em S. Martinho da Gândara nessa descida a seguir ao Alto do Adão, na curva em frente ao Café que lá está e, portanto, está sinalizado mas tem que se resolver o problema. Se não se estancar o problema, a questão é para piorar, naturalmente, com o passar do tempo, com as escavações, com o passar de água por debaixo, isto provoca depois problemas. Se me pergunta se eu concordo com a comunicação que a Indaqua tem com as pessoas relativamente ao assunto em questão, eu não concordo e já fiz saber à Indaqua que não estou de acordo com aquele tipo de carta, nem com aquele tipo e conversa. O compromisso da Indaqua foi que ia retificar isso mesmo. O Senhor Vereador quando falou nisso aqui em reunião de câmara disse que havia inúmeros casos, que tinha conhecimento de inúmeros casos. E, por isso, eu fui verificar. Nem todos vieram ter à Câmara e podem ter sido muitos que tenham ido ter consigo, mas nós tivemos conhecimento de um cidadão de S. Roque que escreveu à Câmara nos mesmos termos em que o Senhor Vereador aqui falou “ Que achava que não concordava; Que achava que era incorreto aquele tipo de comunicação.” Independentemente de haver um, dois, ou três, não é a questão do número, é a questão da forma. Eu já lhe disse que não concordo com a forma como a Indaqua se dirigiu aos munícipes. Não sei se foram muitos ou poucos, basta ter sido um. Quanto à questão que colocou sobre o Centro de Línguas, vou pedir à Dra. Gracinda Leal para contactar o advogado do Centro de Línguas para lhe poder fazer um ponto da situação relativamente ao processo. Há uma coisa que o Senhor Vereador pode contar deste Executivo, é no apuramento de toda a verdade e de todos os meios que estarão ao nosso alcance para apurarmos a verdade. Sei também que foi deduzida uma acusação. Na altura, a única coisa que lhe posso dizer é que nós participamos ao Ministério Público e foi dado também conhecimento aqui à Câmara. O processo andou e mais não lhe posso dizer. Vou só pedir à Senhora Vereadora o favor de contactar o advogado do Centro de Línguas, não é o advogado da Câmara é o advogado do Centro de Línguas, para nos poder fazer um ponto da situação. Para depois dar conhecimento. Os Senhores Vereadores têm todo o direito de saber o que é que se passa sobre essa matéria. O Centro de Línguas passou uma procuração ao advogado e o advogado tem, neste momento, uma procuração para poder defender o Centro de Línguas e representar o Centro de Línguas no processo. Portanto, alguma questão que seja colocada, o advogado tem que ser contactado para saber se há algum conflito ou não, relativamente a essa matéria. Mas, esteja tranquilo relativamente à questão do apuramento da verdade e à vontade que temos em resolver essa situação. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Vereador Joaquim Jorge, eu espero até ao final deste mês ter o processo concluído e trazer à próxima reunião de Câmara a resposta às denúncias que o Senhor Vereador me entregou. Quanto à questão da Wuhan Industries, o Eng.º Carlos Teixeira ainda não regressou da China, regressa esta semana, logo que chegar eu próprio o chamarei aqui à Câmara Municipal, vou querer ter uma conversa com ele. Nós voltamos a contactar o Ministério, neste caso o Vice-Primeiro-Ministro que tinha esta responsabilidade e já contactamos também a AICEP para saber se havia alguma informação. Foi-nos dito que não, que estava tudo e que estão, naturalmente, à espera

das execuções relativamente aos prazos. Como sabe há prazos a decorrer do ponto de vista do financiamento comunitário. Quanto à questão do Caracas, nós temos ainda, naquilo que diz respeito ao projeto de especialidades, algum trabalho a fazer. Os nossos técnicos tiveram muitas reuniões com a Direção Geral da Cultura. A seu tempo e previamente será também discutida a concessão do estacionamento à superfície. Eu gostei de ouvir o Senhor Vereador a dizer que a Câmara Municipal tem, se calhar, condições para assegurar esse mesmo serviço. Não falou da questão do estacionamento no parque de estacionamento subterrâneo e uma coisa tem a ver com a outra. Uma vez que estamos a mexer podemos ter que mexer em tudo. Naturalmente que estamos bem atentos a esse processo e, como eu digo, a seu tempo será uma matéria a discutir. O Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, o Senhor Vereador falou na entrevista que o Senhor Doutor Miguel Paiva deu ao “Correio de Azeméis”, ele não deu só ao “Correio de Azeméis”, deu a todos os jornais que solicitaram. Quanto ao Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga dar nota que o Doutor Miguel Paiva, como o Senhor Vereador acompanha esta matéria há muito tempo e aproveitando estar aqui a comunicação social, era impossível à anterior administração dar uma entrevista a quem quer que fosse, ou seja, uma das características da anterior administração era a dificuldade que tinha, brutal, em comunicar. Mas comunicar não era só com os utentes e com a comunicação social, era com os autarcas e com tudo aquilo que tinha a ver com a área da saúde. Este Presidente do Conselho de Administração, esta nova Administração quis dar um sinal. Mas como o Senhor Vereador bem sabe, passado 15 dias de tomar posse numa instituição, dar uma entrevista, é sempre um risco tremendo, não se pode dizer nada concreto a não ser, mobilizar as “tropas”, mobilizar as pessoas, dar sinais internos. Eu posso dizer que já conversei com o Doutor Miguel Paiva, já lhe pedi uma reunião com o Executivo, para que pudesse também levar os membros do Partido Socialista a uma reunião com ele. Já tinha sido aqui pedido, já lhe falei nisso e a resposta foi “Senhor Presidente, com certeza, deixe-me ter mais conhecimento da tarefa que tenho pela frente.” E houve uma preocupação muito grande em mobilizar, do ponto de vista interno, os recursos do hospital: enfermeiros; médicos e pessoal auxiliar. Sabe bem qual é que é o papel do Hospital de Oliveira de Azeméis. Tem uma opinião formada da questão que falou da opção da Misericórdia, relativamente a S. João da Madeira. Aliás, ele disse isso à comunicação social, ele mostrou algumas reticências sobre essa matéria. E acho que podemos ter aqui um interlocutor válido naquilo que diz respeito à valorização do nosso Hospital. Fiquei com essa sensação, fiquei bem impressionado com a conversa que tive com ele. Foi uma conversa, naturalmente, sendo certo que há matérias que ele não tem competências, como é evidente, naquilo que tem a ver com investimentos futuros, mas pelo menos as ideias que ele me manifestou foram francamente animadoras para a nossa região. É o que lhe posso dizer neste momento. Quando formos reunir com ele e ouvir de viva voz coisas boas para nós, coisas interessantes aqui para a nossa região e, acima de tudo, para as pessoas que têm que recorrer ao Serviço Nacional de Saúde como nós e que, infelizmente, neste momento, têm algumas dificuldades. Os tempos de espera no Hospital de Santa Maria da Feira são muito grandes e há problemas naturalmente e precisamos de

rapidamente resolver alguns estrangulamentos e o Hospital de Oliveira de Azeméis tem capacidade de crescimento bastante interessante. Gostei particularmente da forma como o Senhor Presidente do Conselho de Administração se dirigiu sobre o Hospital de Oliveira de Azeméis. Eu acho que foi importante, a questão de ter alguém no Conselho de Administração que tenha sido funcionário do Hospital e Oliveira de Azeméis. Como se lembram desde o Dr. Lima, quando o Dr. Lima saiu, quando foi feita a redução dos administradores hospitalares, havia um representante de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira no primeiro conselho de administração e essa situação foi invertida logo que o Dr. Lima pediu a reforma e depois não foi substituído por ninguém daqui. Nós sabemos que é preciso nos locais de decisão estar alguém que possa também lembrar Oliveira de Azeméis. E nesse aspeto julgo que a enfermeira diretora pode fazer também esse papel, porque ela trabalhou durante muitos anos no Hospital de Oliveira de Azeméis e era professora na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha. É alguém que tem ligações e raízes, as suas raízes são de S. Martinho da Gândara, a Oliveira de Azeméis e eu acho que ela pode de alguma forma também fazer esse papel. Eu, pelo menos, confio que podemos ter ali mais uma parceira nesta “luta” que nós teremos que ter pela valorização permanente do nosso Hospital. Uma nota relativamente à questão que o Prof. Isidro Figueiredo falou, o Prof. Manuel Alberto também falou na questão do “Aqui Há Futuro” e da possibilidade de transformarmos este evento num evento do Entre Douro e Vouga. Eu acho que tem todas as condições para o ser. Nós já estamos a dar um passo muito interessante, o caminho faz-se caminhando. E, portanto, acho que, podemos depois, durante o evento, até convidar, e pedia ao Prof. Isidro que é quem coordena esta matéria, os Presidentes de Câmara de S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca a visitarem-nos. Eu já recebi aqui, durante a reunião, a confirmação da presença do Senhor Secretário de Estado do Emprego Dr. Octávio Oliveira. E se calhar convidávamos os outros Presidentes de Câmara e lançávamos o repto de podermos estender isto aos cinco Municípios, porque logicamente ganhará uma dimensão superior àquela que diz respeito a Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. O Dr. Ricardo Tavares deu-me nota que vai mandar por email para o Prof. Manuel Alberto e depois dá conhecimento também, sobre a questão do portão da Rua dos Cavaleiros. Não é uma situação fácil, não é uma situação fácil, mas eu julgo que já há um parecer. Por lapso o Senhor Vice-presidente não o trouxe, mas não precisamos de esperar até à próxima reunião, eu pedia ao Senhor Vice-presidente para o enviar. Sobre a questão daquilo que está por fazer há 25 ou 26 anos, os passeios (zona escolar Ferreira de Castro), eu vou pedir à administração direta que possa ver e numa próxima intervenção naquela zona que se possa resolver essa matéria. Sobre a questão da educação, nós já falamos e vamos voltar a falar. Espero que a sessão hoje corra bem e que possam tirar dúvidas e possam esclarecer. Basicamente, a presença dos técnicos, sem nenhum menosprezo para a presença do Senhor Secretário de Estado, mas a presença da Dra. Gamboa e do Dr. Farrajota, são dois nomes assim um bocadinho esotéricos, mas são as pessoas que na Rua 5 de Outubro tratavam de resolver ou encravar. Portanto, são aqueles que verdadeiramente “têm a mão na massa”, ou

seja, que param; andam; decidem. Eles próprios sentem e até podem fazer “mea culpa” de algumas coisas que corriam mal. Eu acho que vai ser interessante, até porque o próprio Secretário de Estado quando esteve na Universidade de Aveiro já deu um conjunto importante de esclarecimentos. Mas depois há ali questões de pormenor como algumas até que o Prof. Manuel Alberto aqui colocou, que tem a ver com a máquina da educação. O Secretário de Estado tem a tutela da descentralização, a tutela dele é administração local, os contratos de execução com as freguesias e essas coisas todas e o Governo deu-lhe esta competência de coordenar a área da descentralização. Já agora, também só para vos informar, nós vamos ter aqui muitos presidentes de Junta no próximo fim-de-semana, vai-se realizar a Comissão Diretiva da ANAFRE, que reúne em Fajões, amanhã à tarde, na sede da Junta de Freguesia de Fajões e o Conselho Geral reúne na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, no sábado. E, portanto, vão visitar-nos perto de 100 presidentes de Junta de todo o país, das Ilhas, vêm ao Conselho Geral e portanto é também uma oportunidade para eles conhecerem o nosso Concelho. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias cinco e dezoito corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à aprovação a ata nº 41, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Dra. Inês Lamego, que não esteve presente na referida reunião. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **FORMAÇÃO MUSICAL 2013/2014 E 2014/2015 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO (I/22082/2015):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: · As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das atividades culturais e recreativas junto da população como fator de motivação, de integração e desenvolvimento; · O despacho do Sr. Presidente de 10/09/2010, relativo à definição dos critérios para atribuição de apoio à formação musical; · O teor do nosso ofício de 16/02/2015, que foi remetido todas as entidades com formação musical; · Os*

documentos solicitados e remetidos pelas Associações, propõe-se: · A atribuição de um subsídio de 35€ por formando de formação musical às Associações, de acordo com a listagem, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; · Que esta atribuição seja referente aos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015 e visa apenas os jovens formandos de idades inferiores ou igual a 20 anos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FESTAS DE LA-SALLETTE 2015 – AUTORIZAÇÃO (I/21531/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O interesse público municipal da realização das Festas em honra da Nossa Senhora de La-Salette, com a dignidade, respeito pela história e cultura da comunidade oliveirense; - Que as Festas de La-Salette são de grande tradição na cidade e consideradas as festas do Município, reconhecidas a nível nacional e mesmo internacional, com grande impacto ao nível da atração de visitantes, sendo um importante veículo de promoção e dinamização da economia local, constituindo um denominador comum de identidade e vontade coletiva da população; - A vontade do Município de que as festas de 2015, sigam o formato das anteriores, aliando a vertente religiosa às vertentes lúdica, desportiva, cultural e recreativa; - O empenho, as qualidades e vocações demonstradas pela Comissão de Festas (ao abrigo do art.º 199º do Código Civil), na organização das edições anteriores, - A vontade e manifestação de atribuição de donativos em espécie por parte do tecido empresarial e de particulares para o engrandecimento dos recursos a utilizar na realização das festividades do município; - O disposto nos artºs 61º e 62º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que concerne ao mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (e posteriores alterações), proponho: Ao abrigo das alíneas j) e u), n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artºs 61º e 62º do EBF: - Que o Município assegure, de acordo com o Plano de eventos, as despesas e encargos estimados até 50.000,00 € (cinquenta mil euros), com a realização das Festas de La-Salette; - Sejam aceites de entidades públicas ou privadas, os donativos em dinheiro ou em espécie, como contribuição para o citado evento municipal (valores a registar contabilisticamente nos termos do POCAL bem como depositar em conta específica e exclusiva para este efeito, já autorizada por deliberação de 09 de abril de 2013); - Que seja mandatado para presidir à Comissão de Festas o Sr. Jorge Manuel Santos Coelho, considerando as suas qualidades, a capacidade, experiência e resultados demonstrados, cabendo a este promover a adesão e a escolha dos elementos que a constituem e a sua comunicação a este município; - Se autorize a Comissão de Festas: a realizar as habituais atividades (peditório, tómbola e/ou outros), cujo resultado será afeto ao mesmo fim e verbas entregues na Tesouraria, de acordo com os procedimentos instituídos; a colaborar na organização e gestão dos espaços correspondentes à área de intervenção das Festas de La-Salette e na definição do programa de animação, apresentando relatório final e contas das mesmas; - Seja concedida isenção à Comissão de Festas de eventuais taxas de licenciamento.”

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **BANDA AMIZADE – BANDA SINFÓNICA DE AVEIRO – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/17927/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Banda Amizade Sinfónica de Aveiro, com vista à realização de um espetáculo de música no dia 3 de maio 2015, às 17 horas, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Banda Amizade Sinfónica de Aveiro, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERREIRA DE CASTRO - CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/20735/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pelo Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, com vista à realização de um espetáculo de variedades no dia 17 de Abril 2015, às 21 horas, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente

regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação ao Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM BIKE CLUBE DE PORTUGAL (I/22422/2015)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I, da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - Os fins prosseguidos pelo Bike CP, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver a modalidade desportiva de Ciclismo; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover a formação, cultura, ocupação saudável de tempos livres e promoção desta prática desportiva; - Ao abrigo da alíneas o) e u), n.º1, artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e fundamentos acima referidos, proponho: A aprovação da minuta do Contrato Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Bike CP, nos termos e condições ali estabelecidas, Os encargos resultantes do Contrato-Programa estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 1554/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/22084/2015)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as transferências a efetuar para comparticipação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 2/2015: 3.570,15€ - Transferências Correntes - Taxa de Recursos Hídricos de 2014; Fatura nº 5/2015: 4.070,67€ - Transferências Correntes de Janeiro de 2015; Fatura nº 10/2015: 685,11€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Janeiro de 2015; Fatura nº 16/2015: 3.776,44€ - Transferências Correntes de Fevereiro de 2015; Fatura nº 17/2015: 67,45€ - Transferências de Capital de Fevereiro de 2015; Fatura nº 26/2015: 1.272,08€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Fevereiro de 2015; Fatura nº 27/2015: 46,14€ - Transferências de Capital relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Fevereiro de 2015; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os nºs 1531, 1532 e 1533 de 2015, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**: A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Hermínio Loureiro, datado de 05.03.2015, o qual se passa a transcrever: “Considerando que: 1. No âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território, foi aprovada a operação com o nº POVT-12-0765-FCOES-000003 - Eficiência Energética na Iluminação Pública do Município de Oliveira de Azeméis - 1ª Fase; 2. A entidade participadora, exige-nos possuímos uma conta bancária exclusiva para transferências do Fundo de Coesão; 3. Existe uma conta no banco CGD, com o NIB 0035.0558.00061677430.61, a qual neste momento não está a ser movimentada; 4. Sempre que o exigam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); 5. Foi solicitada urgência, na resposta à presente exigência, por parte da entidade participadora. Determino que: - Seja aprovada a alteração da denominação da conta bancária mencionada, para Fundo de Coesão; - A ratificação do presente despacho, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na próxima reunião da Câmara Municipal. =====

===== **PASSEIO DOS IDOSOS 2014 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/22061/2015)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da

concessão de apoio financeiro à realização do Passeio dos Idosos; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprio das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” – al. j) do artº 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - Os documentos remetidos pela Junta da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, e pela Junta da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, dentro do prazo estabelecido e satisfazendo os critérios, proponho: 1. Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2014, à União de Freguesias Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, no montante de € 3 050,00 (três mil e cinquenta euros), e a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no montante de € 1 330,00 (mil trezentos e trinta euros), conforme discriminado no documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2. Que o pagamento dos valores mencionados para cada União de Freguesias seja disponibilizado durante o mês de maio do ano em curso; Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromissos de fundo disponível n.ºs 1539, 1540/2015, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ALTERAÇÃO DE FONTE DE FINANCIAMENTO DO PROJETO/ AÇÃO N.º 74/2010 – “REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE LA-SALLETTE E ENVOLVENTE” – (I/21954/2015):** Presente a informação do Chefe de Divisão Municipal de Contabilidade e Património, a qual se passa a transcrever: “De acordo com a informação do Núcleo de Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários, o Projeto/ Ação n.º 74/2010 – “Requalificação do Parque de La Salette e Envolvente”, no que diz respeito à empreitada nele contida “Centro de Interpretação do Vidro – Fase 2”, passará a ter o financiamento totalmente suportado pelo Município e sem qualquer participação de fundos comunitários. Por esta razão, e em consequência desta alteração, é necessário promover a respetiva modificação orçamental, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a referida alteração, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação.

===== **AMBIENTE** =====

===== **APROVAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÁ (I/21905/2015):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Foi aprovado em Reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2014, a proposta ampliação e de

alteração do Regulamento da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã; - O mesmo esteve em apreciação pública pelo período de trinta dias, nos termos do artigo 117º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo que terminou a 30 de janeiro. Proponho que: - Se remeta à Assembleia Municipal a proposta final de ampliação e alteração do Regulamento da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 33º do anexo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do diploma referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PROPOSTA DE LOGOTIPO PARA A PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÃ (I/22075/2015): *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de criar uma imagem que identifique e seja a marca da paisagem protegida local do Rio Antuã; - A imprescindibilidade de criação de uma identidade visual para a paisagem protegida local do rio Antuã; - A intenção de colocação de sinalética que identifique a referida área de paisagem protegida como forma de dar a conhecer e sensibilizar a comunidade para a sua existência; Assim, a presente proposta de logotipo reforça a “personalidade” da paisagem protegida local do Rio Antuã, uma vez que aborda as questões da natureza, nomeadamente as relacionadas com o elemento rio, principal elemento da paisagem e toda a flora e fauna (esta última indiretamente) que lhe está associada e que carece de especial preservação. Para além dos elementos naturais também se pretendeu dar relevo aos elementos construídos que estão associados aos rios, nomeadamente, os moinhos, as levadas, entre outros, elementos que fazem parte desta área e que para além do património construído relevam as atividades que lhes estão associadas e que fazem parte da cultura e história do concelho de Oliveira de Azeméis. Propõe-se: - A aprovação do logotipo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas”. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== EMPREITADAS =====

===== EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 11 TC (I/22248/2015): *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 11 no valor de €38.733,32 (trinta e oito mil setecentos e trinta e três euros e trinta e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====*

===== EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 12 TC (I/22250/2015): *Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 12 no valor de*

€54.461,92 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e um euros e noventa e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/1729/2015 (I/20637/2015) – ANTÓNIO JOSÉ MARQUES DE ANDRADE E SILVA TAVARES,** residente na Rua da Indústria, freguesia de Loureiro, deste concelho, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de propriedade do prédio rústico, sito em Regato Seco, freguesia de Loureiro, deste concelho, com a área total de 1000m2, a confrontar de norte com Silvino Valente, de sul com Artur Marques Tavares, de nascente com Francisco de Oliveira Pata e de poente com António José de Oliveira e outro, inscrito na matriz rústica 5239 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1108/19950301. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/1535/2015 – ESSILOR PORTUGAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓTICA, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/22483/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 27/02/2015, que se transcreve: “Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio VISUAL, com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de Câmara.”” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/6514/2015 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/18416/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **JUNTAS DE FREGUESIA/ UNIÃO DE FREGUESIAS** =====

===== **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE OSSELA (I/22298/2015):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos

domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Ossela, de 05 de dezembro de 2014, com o assunto “Pedido de Participação para o Roteiro Literário – Caminhos de Ferreira de Castro” - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - O estatuído e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1546/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Em face do exposto, proponho: A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Freguesia de Ossela, nos termos e condições ali estabelecidas, - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **APROVAÇÃO DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA DO CRAVO E PINDELO (I/22394/2015)**; Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado em 2 de maio de 2014, Contrato interadministrativo de apoio de cooperação financeira com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no âmbito da candidatura relativa ao Centro Associativo de Nogueira do Cravo, ao abrigo da ADRITEM/PRODER, com o valor elegível de 199 892,17€; - O teor do ofício enviado pela União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - , pelo que solicita a alteração ao referido Contrato interadministrativo nos termos e fundamentos nele constantes; - A intenção de alteração da redação das cláusulas 1.ª, 3.ª e 13.ª do referido Contrato Interadministrativo, proponho: - A aprovação da minuta de adenda ao Contrato interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, nos termos e com os fundamentos acima. Os encargos estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 1553/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS COM FREGUESIA DE CARREGOSA (I/22367/2015)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado em 25 de setembro de 2013, protocolo de delegação de competências com a freguesia de Carregosa, ao abrigo do disposto na Lei n.º169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º5-A/2001, de 11 de janeiro; - O teor do ofício enviado pela Freguesia de Carregosa em 06 de março corrente (E/8131/2015), em que solicita a alteração ao referido Protocolo, no sentido de reforçar o apoio financeiro então atribuído no que concerne à Rua do Ilhó, nos termos e fundamentos nele constantes; - A intenção dos outorgantes na alteração da redação das cláusulas 3ª e 5ª, do citado Protocolo, proponho: - A aprovação da minuta de adenda ao protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com o compromisso de fundo disponível número 1552/2015, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/91779/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015- LOE 2015), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 6, do artigo 75.º da LOE 2015, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA); b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto na Lei nº 75-A/2014 de 30 de setembro; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele

inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada no quadro abaixo, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 22/01/2015 (I/5137/2015), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico para aquisição/prestação de serviços - Tarefa, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da LOE 2015, relativamente aos contratos de aquisição/prestação de serviços constantes do referido quadro, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.”

Nº RQI	Descrição da Necessidade	PRC	EPEF	Prazo de Execução	Preço Base	Taxa aplicável	Preço base c/ redução remuneratória	Tipo de procedimento/ Fundamentação legal	Compromisso plurianual
387	Aquisição de serviços de aluguer de máquina retroescavadora giratória com martelo, com operador (415 horas)	442	851	Estima-se: 140h - abril 140h - maio 135h - junho	25.065,04 €	8%	23.059,89 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável
14	Aquisição de serviços, na modalidade de avença, para inspeção/ responsabilidade técnica dos Postos de Transformação (Parque do Cercal, Biblioteca Municipal Ferreira de Castro e Piscina Municipal)	462	162	1 ano	2.000,00 €	N/A	2.000,00 €	ADRS - artigo 128º do Código dos Contratos Públicos	Nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2014 da Assembleia Municipal de 28/11/2014, na rubrica 020220 – Outros trabalhos especializados, cujo valor máximo para 2015 é de 732.960,00€, para 2016 é de 110.000,00€ e para 2017 e 2018 é de 735.000,00€.

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

=====
E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====